AROUCA
(Santa Eulália)

Para visitar o Marmoiral de Santo António, às portas de Arouca, desloque-se até esta cidade utilizando uma das vias disponíveis. Se percorrer a Autoestrada A1 deverá tomar a saída para Santa Maria da Feira e, depois, seguir pela EN 326. O Marmoiral localiza-se imediatamente antes da povoação de Burgo, junto da rotunda onde confluem as EN 326 e EN224, nas imediações da capela de Santo António, a uns escassos 1,5 km de Arouca.

Marmoiral de Santo António

O Marmoiral de Santo António é, por vezes, também conhecido como Marmoiral de Burgo, embora administrativamente pertença à freguesia de Santa Eulália e não à de Burgo. Trata-se de um arco funerário com 4,74 m de comprimento e 1 m de largura, que alcança 4,28 m de altura. O monumento é constituído por um embasamento, ou plinto, retangular comportando três a quatro fiadas de silhares, levemente escalonados, sobre o qual se apoia uma estrutura com sete fiadas de altura. É nesta que se rasga um arco de volta perfeita, com 2,10 m de diâmetro, sem impostas, ao qual se encostam, no intradorso, dois pares de colunelos, muito curtos e de fuste liso, rematados por rudes capiteis vegetalistas. Entre estes capiteis, no espaço voltado ao vão do arco, esculpiram-se duas cabeças de bovídeo. Sobre estes capitéis apoia-se uma tampa de sepultura, também de granito, soerguida. Esta tampa apresenta secção pentagonal, aproximando-se, assim, da usual tipologia das tampas de sarcófagos tardo-medievos, e é lisa. As aduelas do arco apresentam-se densamente decoradas nas duas faces principais, voltadas ao exterior, ornamentadas com temas vegetalistas de diferente natureza. A aduela de fecho ostenta um motivo cruciforme. Por sua vez, a estrutura murária, na qual se rasgou o arco, apresenta, junto do lacrimal, duas pequenas frestas vazadas, com arcos de volta perfeita, chanfrados, cada um carregado com três meias-esferas. No remate superior, o Marmoiral adota um pequeno lacrimal, com moldura torreada, apoiado sobre cachorros de granito muito degradado, uns lisos, outros com temas de difícil definição (dado o atual estado de conservação). No remate superior, ou cobertura, podemos ver, nas extremidades, duas cruzes de granito, de realização mais recente, e, a meio, uma peça hemisférica, aparentemente de origem.

Este arco funerário deve ser colocado em paralelo com outras estruturas similares localizadas na sua maioria no Douro Litoral, de que sobreviveram alguns exemplares até hoje, como é o caso do Marmoiral de Ermida (Irivo, Paço de Sousa), do Marmoiral de Alpendurada (Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses), do Arco de Paradela (Mondim da Beira, Tarouca), o Marmoiral de Campeã (Campeã, Vila Real) ou dos já desaparecidos Arco de Lordelo (Ancêde, Baião) e Arco de Burgães (Santo Tirso). O único que se afasta mais desta geografia duriense é o Arco de S. Dinis, em Odivelas (Loures), que é também o mais

Vista geral





Vista geral do arco central

tardio de todos, já claramente gótico. Apesar de normalmente ser associado a estes monumentos, a sepultura conhecida como Marmoiral de Castelo de Paiva deve ser afastada deste conjunto, uma vez que obedece a um modelo sepulcral muito distinto. Trata-se, na realidade, de um sepulcro com as extremidades assinaladas por estelas discoides, sobre as quais se apoia uma tampa soerguida, que nada tem a ver com o modelo dos arcos funerários que aqui estamos a tratar.

Uma persistente, mas infundada, tradição associa este monumento – assim como os arcos de Irivo (Penafiel) e de Alpendurada (Marco de Canaveses) – aos pontos em que parou o cortejo fúnebre da rainha D. Mafalda, quando, em 1256, o seu corpo foi transportado do mosteiro de Rio Tinto (onde faleceu) até ao mosteiro de Arouca (onde recebeu sepultura). A lenda carece de fundamento, mas foi consagrada por vários autores (entre outros, José Pereira Baião, em 1727, e Fr. Fortunato de São Boaventura, em 1814). Nas palavras de Fr. Fortunato de São Boaventura, a rainha D. Mafalda, em vez de escolher um dos seus mosteiros (Arouca, Bouças ou Tuías) para local de sua sepultura, preferiu determinar que … *pusessem o cadáver sobre uma azémola, que deixada ir sem que pessoa alguma a conduzisse e, sucedendo parar em alguma igreja ou mosteiro, aí lhe tirassem o cadáver para ser dado à sepultura*. E acrescenta: *Assim o fizeram os circunstantes e saindo a mula de Rio Tinto tomou a direcção de Arouca; e depois de fazer três paragens, em memória das quais ainda hoje se conservam três arcos ou moimentos daquela idade, chegou finalmente à igreja de Arouca e, ajoelhando em face do altar de S. Pedro, aí esperou até que lhe tirassem o cadáver e morreu imediatamente*. A tradição popular, de raízes ancestrais, relaciona, portanto, estes três arcos com o cortejo fúnebre da Beata D. Mafalda. Mas esta pretensão carece de fundamento, até porque os arcos em causa correspondem a diferentes cronologias.

Os monumentos conhecidos pela designação genérica de "marmoirais", na documentação medieval grafada com distintas variantes ("marmoiral", "mormoirales", "mormouraes", *etc.*), tudo corruptelas do latim *memoriale*, isto é, memorial (no sentido sepulcral do termo), são, indubitavelmente, arcos de função funerária. Não há, no entanto, uma unanimidade entre os autores sobre a natureza desta função funerária. Para uns seriam túmulos medievais, referindo, inclusive, a presença de cavidades sepulcrais criadas no supedâneo do monumento (Alpendurada e Lordelo) ou no solo, por baixo desse supedâneo (Irivo, eventualmente Burgo). O "marmoiral" seria, assim, uma sepultura dignificada por arco. Outros autores



Pormenor do intradorso das aduelas do arco



Pormenor dos capiteis geminados de sustentação da tampa sepulcral

entendem que seriam monumentos funerários de natureza comemorativa, mas sem albergar um túmulo. António Manuel Silva sugeriu, ainda, a sua possível ligação à morte de nobres em torneio ou duelo, situação em que a legislação eclesiástica (2º Concílio de Latrão (1139), por exemplo) proibia o enterramento no espaço sagrado. Ou, hipótese também alvitrada por Nogueira Gonçalves, a possibilidade de eles se relacionarem com cortejos fúnebres, um pouco à semelhança do que viria a acontecer, mais tarde, com os cruzeiros. Seja como for, devemos registar que o carater funerário destes arcos parece ser indubitável – quer como *locus* sepulcral, quer como forma de assinalar e monumentalizar um local de morte, quer, ainda, como elemento integrante de cortejos obituários. A sua implantação rural, afastada do adro das igrejas, próximo de encruzilhadas de velhas vias, adapta-se a qualquer destas interpretações.

Do ponto de vista cronológico, a maior parte dos autores defende uma datação em torno do século XII (como foi o caso de Simões Júnior ou de Pedro Vitorino), do século XIII (como prefere António Manuel Silva) ou dos finais do século XIII (como sugere o Pe. António Nogueira Gonçalves). Pela nossa parte, e no que respeita aos monumentos de Irivo, de Alpendurada e de Burgo, inclinamo-nos para atribuir estes monumentos à segunda metade da centúria de Duzentos. O Arco de Odivelas é, seguramente, mais tardio, obra já do século XIV. Alguns destes monumentos estão mencionados na documentação medieval, como é o caso de um *mormoriale domni Pelagii Truytosendiz*, mencionado por diversas vezes pelos inquiridores régios na zona de Macieira da Maia e, entretanto, desaparecido. Mas muitas destas referências documentais a marmoirais, algumas até bastante recuadas no tempo, não deviam corresponder a arcos funerários deste tipo, mas a simples monumentos sepulcrais.

Registemos, a finalizar, que o Marmoiral de Santo António, ou de Burgo, não se encontra no seu local de origem. Foi deslocado, em 1864, quando se procedeu à

abertura da EN326, altura em que foi mudado para o lado oposto da estrada que se rasgava.

Encontra-se classificado como Monumento Nacional (Decreto-lei de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* nº 136, de 23 de junho de 1910).

Texto: MJB - Fotos: SVS

Bibliografia

Baião, J.P., 1727, p. 208; Barroca, M.J., 1987, pp. 400-401; Gonçalves, A.N., 1991, pp. 95 e 97-98; Rosas, L.M.C. *et alii*, 2014b, pp. 85-89; São Boaventura, F., 1814, pp. 103-109 (da ed. de 1986); Silva, A.M.S.P., 1987, pp. 17-18 e 20; Silva, A.M.S.P., 2004, pp. 355-359; Simões Júnior, M.R., 1967, pp. 5-8; SIPA; Vitorino, P., 1942, pp. 11-15.